

Informações trimestrais

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

30 de setembro de 2017 com relatório de revisão
sobre as informações trimestrais

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Informações trimestrais

30 de setembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais	1
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
1. Contexto operacional	11
2. Políticas contábeis	11
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	13
5. Contas a receber	14
6. Impostos a recuperar	15
7. Imposto de renda e contribuição social	15
7. Imobilizado	17
8. Intangível	19
9. Partes relacionadas	20
10. Empréstimos e financiamentos	21
11. Debêntures	21
12. Contrato de concessão	23
12. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25
13. Outras obrigações	26
14. Impostos e contribuições a recolher	26
15. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV	26
16. Patrimônio líquido	27
17. Instrumentos financeiros e riscos de mercado	27
18. Resultado por ação	31
19. Receita operacional líquida	31
20. Despesas operacionais por natureza	32
21. Resultado financeiro líquido	32
22. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	33
23. Seguros	33

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Administradores e Acionistas do
TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá, PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.


Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 10 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015199/O-6 - F - PR



Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP 223.361/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2017	31/12/2016		Nota	30/09/2017	31/12/2016
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	428.232	613.153	Fornecedores		16.776	23.737
Contas a receber de clientes	5	54.063	45.371	Empréstimos e financiamentos	11	181.407	196.087
Estoques		218	370	Debêntures	12	42.304	3.126
Impostos a recuperar	6	9.288	10.888	Contrato de concessão	13	41.139	41.139
Partes relacionadas	10	3.908	1.728	Impostos e contribuições a recolher	16	14.156	3.017
Outros créditos		7.699	3.184	Partes relacionadas	10	1.634	2.057
				Parcelamento dos impostos - REFIS	17	1.878	1.878
				Outras obrigações	15	18.634	14.596
		503.408	674.694				
						317.928	285.637
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	14	10.944	11.222	Empréstimos e financiamentos	11	416.102	564.538
Partes relacionadas	10	7.334	6.867	Debêntures	12	560.296	554.627
Contas a receber	5	5.634	5.634	Partes relacionadas	10	12.132	9.912
Imobilizado	8	792.498	679.500	Contrato de concessão	13	1.690.521	1.760.151
Intangível	9	1.938.681	1.982.206	Parcelamento dos impostos - REFIS	17	11.426	12.835
				Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	10.191	10.104
		2.755.091	2.685.429	Impostos diferidos	7	46.677	41.389
						2.747.345	2.953.556
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social		109.379	109.379
				Reservas de lucros		11.551	11.551
				Lucros acumulados		72.296	-
						193.226	120.930
Total do ativo		3.258.499	3.360.123	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.258.499	3.360.123

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido e prejuízo por ações, expressos em Reais)

Demonstrações dos resultados	Nota	30/09/17	30/09/16
Receita operacional líquida	21	409.633	345.953
Custo dos serviços prestados	22	(198.789)	(205.539)
Lucro bruto		210.844	140.414
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	(807)	(680)
Despesas gerais e administrativas	22	(39.844)	(27.103)
Resultado financeiro	23	(59.948)	(153.942)
Outras, líquidas	24	(2.554)	15.463
Total das despesas operacionais, líquidas		(103.153)	(166.262)
Lucro antes dos impostos		107.691	(25.848)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(30.107)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(5.288)	9.156
Lucro líquido do período		72.296	(16.692)
Lucro básico e diluído, por ação – R\$	20	8,91	(2,06)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Demonstrações dos resultados	Nota	30/09/17	30/09/16
Receita operacional líquida	21	150.360	121.318
Custo dos serviços prestados	22	(68.977)	(67.647)
Lucro bruto		81.383	53.671
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	(178)	(72)
Despesas gerais e administrativas	22	(13.403)	(17.035)
Resultado financeiro	23	(22.326)	(36.900)
Outras, líquidas	24	1.597	4.622
Total das despesas operacionais, líquidas		(34.310)	(49.385)
Lucro antes dos impostos		47.073	4.286
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(10.885)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		(4.708)	(1.052)
Lucro líquido do período		31.480	3.234
Lucro básico e diluído, por ação – R\$	20	3,88	0,40

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Demonstrações dos resultados abrangentes	30/09/17	30/09/16
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>72.296</u>	<u>(16.692)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>72.296</u>	<u>(16.692)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Demonstrações dos resultados abrangentes	30/09/17	30/09/16
Lucro líquido do período	31.480	3.234
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	31.480	3.234

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Reserva de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Outras reservas	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		107.405	(1)	11.638	8.246	5.001	-	132.289
Aumento de capital		1.974	1	-	-	(1.975)	-	-
Dividendos a distribuir – exercício anterior		-	-	-	-	(3.026)	-	(3.026)
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(16.692)	(16.692)
Saldos em 30 de setembro de 2016		109.379	-	11.638	8.246	-	(16.692)	112.571
Saldos em 31 de dezembro de 2016		109.379	-	3.305	8.246	-	-	120.930
Lucro líquido do período	18	-	-	-	-	-	72.296	72.296
Saldos em 30 de setembro de 2017		109.379	-	3.305	8.246	-	72.296	193.226

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa	30/09/2017	30/09/16
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro líquido (prejuízo) do período	72.296	(16.692)
Depreciações	24.306	44.242
Amortizações	56.788	48.254
Baixa de imobilizado e intangível	1.453	492
Provisão juros sobre empréstimos	59.805	82.930
Provisão juros debêntures	50.679	-
Amortização custo debêntures	5.669	-
Varição monetária contrato da concessão	(34.007)	68.452
Reversão de provisão crédito liquidação duvidosa	(1.759)	(3.277)
Provisão riscos tributários cíveis e trabalhistas	87	811
Imposto de renda diferido	5.288	(9.156)
	240.605	216.056
Varição nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:		
Redução dos investimentos em aplicações financeiras	-	5.685
Redução (aumento) das contas a receber de clientes	(6.933)	8.917
Redução (aumento) dos estoques	152	(128)
Aumento de outros créditos	(4.515)	(2.391)
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	1.878	(5.864)
Redução de fornecedores	(12.677)	(6.207)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	9.730	(7.462)
Aumento (redução) de partes relacionadas	(850)	244
Aumento de outros passivos circulantes e não circulantes	4.037	1.302
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	231.427	210.152
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Adições do intangível	(12.390)	(19.798)
Adições do imobilizado	(133.913)	(49.509)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(146.303)	(69.307)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Captação de empréstimos circulantes e não circulantes	-	74.100
Pagamentos empréstimos (principal)	(169.587)	(36.466)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(53.334)	(56.145)
Pagamentos de juros sobre debêntures	(11.501)	-
Pagamentos contrato de concessão do período	(29.837)	(25.585)
Pagamentos contrato de concessão reajuste retroativo	(5.786)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(270.045)	(44.096)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(184.921)	96.749
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do período/exercício	613.153	37.386
No final do período/exercício	428.232	134.135
	(184.921)	96.749
Itens que não afetam caixa		
Dividendos a distribuir	-	3.026
Aquisição de imobilizado a prazo	4.844	-
Aquisição de intangível a prazo	873	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

Demonstrações do valor adicionado	30/09/17	30/09/16
Receitas	449.656	389.049
Venda de mercadorias, produtos e serviços	329.772	305.288
Outras receitas	118.125	80.484
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão	1.759	3.277
Insumos adquiridos de terceiros	(107.435)	(105.844)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(44.716)	(46.062)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(60.599)	(49.316)
Outras	(2.120)	(10.466)
Valor adicionado bruto	342.221	283.205
Depreciação e amortização	(81.094)	(92.496)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	261.127	190.709
Valor adicionado recebido em transferências	99.793	19.725
Receitas financeiras	102.347	6.198
Outras	(2.554)	13.527
Valor adicionado total a distribuir	360.920	210.434
Distribuição do valor adicionado	360.920	210.434
Pessoal	54.691	46.704
Remuneração direta	38.018	33.440
Benefícios	14.447	11.263
F.G.T.S.	2.226	2.001
Impostos, taxas e contribuições	71.638	20.282
Federais	52.109	7.742
Impostos diferidos	5.288	-
Estaduais	99	85
Municipais	14.142	12.455
Remuneração de capitais de terceiros	162.295	160.140
Juros	138.402	151.151
Variações cambiais	406	3.665
Outras	23.487	5.324
Remuneração de capitais próprios	72.296	(16.692)
Dividendos	-	-
Lucros retidos / (prejuízo) do período	72.296	(16.692)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a “Companhia” ou “TCP”) está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal.

O contrato de arrendamento do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo de arrendamento definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 3 de setembro de 2017, a Companhia recebeu da Kong Rise Development Limited (“Compradora”) comunicação acerca da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a Compradora e o Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity II Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity III Multiestratégia, Soifer Participações Societárias S.A., Pattac Empreendimentos e Participações S.A., Tuc Participações Portuárias S.A., Galigrain, S.A. e Grup Maritim TCB, S.L. (“Acionistas Vendedores”), por meio do qual a Compradora concorda em adquirir e os Acionistas Vendedores concordam em vender 90% (noventa por cento) das ações emitidas pela TCP Participações S.A. (“TCP Participações”), o único acionista da Companhia, pós-diluição decorrente do exercício do plano de opção de compra de ações da TCP Participações, sujeito a satisfação de determinadas condições precedentes.

A implementação da Operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, as quais são comuns em operações semelhantes, incluindo a aprovação por determinados credores, autoridades regulatórias e de antitruste brasileiras.

2. Políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Financeiras Intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As informações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2017.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/17</u>	<u>31/12/16</u>
Caixa e bancos	7.939	13.008
Aplicações financeiras		
Banco Santander	99.363	34.644
Banco Votorantim	-	65.976
Banco ABC S/A	50.148	46.888
Banco Bradesco	25.907	267
Banco BTG	54.151	50.775
Banco Paraná	27.058	25.392
Caixa Econômica Federal	163.666	372.507
Banco Itaú BBA	-	3.696
	<u>428.232</u>	<u>613.153</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam de 97% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (50% a 106% em 2016). A Companhia possui uma conta corrente em moeda estrangeira no Banco Itaú – BBA Nassau no valor de R\$ 157 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 10.612 em 31 de dezembro de 2016). A finalidade desta conta é o pagamento de importações de maquinários do exterior. Não existem saldos com restrições de caixa e equivalentes de caixa.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	30/09/17	31/12/16
Cientes	39.496	38.481
Serviços prestados e não faturados	22.580	16.663
Outros	49	48
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.428)	(4.187)
	59.697	51.005
Circulante	54.063	45.371
Não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 30 de setembro de 2017 os 5 principais clientes representam em torno de 42% (42% em 31 de dezembro de 2016) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	30/09/17	31/12/16
A vencer	47.020	36.695
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.644	5.238
De 31 a 90 dias	2.310	3.832
De 91 a 180 dias	994	2.186
Acima de 180 dias	8.157	7.241
Total	62.125	55.192

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias, conforme base histórica de perda, que totaliza R\$ 2.428 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 4.187 em 31 de dezembro de 2016).

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante R\$ 5.634 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2016), estão em fase de cobrança judicial e estão demonstrados conforme movimentação abaixo:

	30/09/17	31/12/16
Saldo no início do exercício/período	5.634	2.860
Constituição de cobrança judicial	-	2.774
Saldo no final do exercício/período	5.634	5.634

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/17	31/12/16
Saldo no início do exercício/período	(4.187)	(6.299)
Constituição de provisão	(1.541)	(2.908)
Reversão de provisão	3.300	5.020
Saldo no final do exercício/período	(2.428)	(4.187)

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

6. Impostos a recuperar

	30/09/2017	31/12/2016
Provisão IR s/aplicações	5.411	3.665
INSS a recuperar	2.100	1.819
ISS a recuperar	1.734	1.734
IRRF a recuperar s/resgate aplicações financeiras	-	1.634
Fundaf a recuperar (a)	-	1.710
Pis a compensar	-	321
Outros impostos a recuperar	43	5
	9.288	10.888

- a) Em 2016 a Companhia reconheceu crédito do Fundaf – Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização no valor de R\$ 1.710, decorrente de direito obtido em ação judicial com trânsito em julgado em 14/10/2016. Durante os três primeiros meses de 2017 a Companhia reconheceu, ainda, o crédito do Fundaf no valor de R\$4.616, decorrente de ação ajuizada pela ABTP – Associação Brasileira de Terminais Portuários, através da qual foi reconhecido o direito das associadas da ABTP em 11/01/2017, mediante a renúncia pela Fazenda Pública ao direito de recorrer, com posterior trânsito em julgado certificado em 30/03/2017. No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia utilizou integralmente os créditos referente ao Fundaf.

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre prejuízo fiscal acumulado e sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para créditos de liquidação duvidosa). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio, juros capitalizados sobre as obras em andamento e custo de captação de empréstimo. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	30/09/17	31/12/16
<i>Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</i>	5.616	5.529
<i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</i>	2.428	4.187
<i>Outras diferenças temporárias</i>	1.957	806
<i>Prejuízo fiscal</i>	34.423	52.586
<i>Amortização do ágio</i>	(161.138)	(164.819)
<i>Juros capitalizados</i>	(15.863)	(14.595)
<i>Custo de captação de empréstimo</i>	(4.708)	(5.425)
	(137.285)	(121.731)
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido passivo	(46.677)	(41.389)

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

b) Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	30/09/17		30/09/16	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	107.691	107.691	(25.848)	(25.848)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(26.923)	(9.692)	6.462	2.326
Adições permanentes	(34)	(12)	270	98
Diferença de alíquota	12	-	-	-
Outros	923	331	-	-
Total de tributos lançados ao resultado	(26.022)	(9.373)	6.732	2.424
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Tributos correntes	(22.134)	(7.973)	-	-
Tributos diferidos	(3.888)	(1.400)	6.732	2.424

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi:

Vida útil	32 anos	19 a 25 anos	10 anos	5 a 15 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos		
Custo	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos portuários	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Veículos e veículos portuários	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2015	443.751	360.374	3.819	13.379	3.521	18.441	46.977	890.262
Aquisições	25.674	19.747	441	3.842	921	2.416	45.673	98.714
Baixas	-	(748)	-	-	(664)	-	-	(1.412)
Transferências	37.287	2.769	-	595	-	-	(40.651)	-
Saldo em 31/12/2016	506.712	382.142	4.260	17.816	3.778	20.857	51.999	987.564
Aquisições	2.838	5.155	108	902	1.356	117	128.281	138.757
Baixas	-	(1.394)	-	-	(1.103)	(26)	-	(2.523)
Transferências	-	750	-	-	-	-	(750)	-
Saldo em 30/09/2017	509.550	386.653	4.368	18.718	4.031	20.948	179.530	1.123.798
Depreciação	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos portuários	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Veículos e veículos portuários	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2015	(107.074)	(133.266)	(1.706)	(5.452)	(1.394)	(12)	-	(248.904)
Depreciação	(15.553)	(41.135)	(324)	(2.162)	(637)	(4)	-	(59.815)
Baixas	-	273	-	-	382	-	-	655
Saldo em 31/12/2016	(122.627)	(174.128)	(2.030)	(7.614)	(1.649)	(16)	-	(308.064)
Depreciação	(7.784)	(13.875)	(250)	(1.905)	(489)	(3)	-	(24.306)
Baixas	-	549	-	-	521	-	-	1.070
Saldo em 30/09/2017	(130.411)	(187.454)	(2.280)	(9.519)	(1.617)	(19)	-	(331.300)
Saldo em 30/09/2017	379.139	199.199	2.088	9.199	2.414	20.929	179.530	792.498
Saldo em 31/12/2016	384.085	208.014	2.230	10.202	2.129	20.841	51.999	679.500

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A partir do exercício de 2017 a Companhia, amparada por laudo de avaliação de vida útil do seu ativo imobilizado, alterou as taxas de depreciação das edificações e instalações e equipamentos conforme taxas abaixo levando em conta a vida útil de seus ativos e o prazo de concessão atual que é até o ano de 2048. O efeito nos primeiros 9 meses de 2017 gerou uma redução média na despesa com depreciação de R\$ 20.748.

	Taxa média anual - %
<i>Edificações e instalações</i>	2,34%
<i>Equipamentos</i>	2,85%

Durante o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados juros sobre empréstimos no montante de R\$ 1.062 (R\$ 10.684 em 2016) os quais são oriundos do imobilizado em andamento além das obras de expansão do cais para cumprir o contrato de renovação da concessão.

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No período e no exercício apresentado, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

9. Intangível

Vida útil	5 anos	5 a 10 anos	32 anos		
	Estudos, projetos e				
Custo	Gastos com software	detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2015	21.753	23.021	657.773	159.503	862.050
Aquisições	11.644	21.317	1.454.638	-	1.487.599
Saldo em 31/12/2016	33.397	44.338	2.112.411	159.503	2.349.649
Aquisições	13.263	-	-	-	13.263
Transferências	38.351	(38.351)	-	-	-
Saldo em 30/09/2017	85.011	5.987	2.112.411	159.503	2.362.912
Amortização	Gastos com software	Estudos projetos e detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2015	(7.937)	(3.613)	(289.682)	-	(301.232)
Amortização	(7.889)	(998)	(53.643)	(3.681)	(66.211)
Saldo em 31/12/2016	(15.826)	(4.611)	(343.325)	(3.681)	(367.443)
Amortização	(11.154)	(164)	(41.789)	(3.681)	(56.788)
Transferências	(2.204)	2.204	-	-	-
Saldo em 30/09/2017	(29.184)	(2.571)	(385.114)	(7.362)	(424.231)
Saldo em 30/09/2017	55.826	3.416	1.727.297	152.141	1.938.681
Saldo em 31/12/2016	17.571	39.727	1.769.086	155.822	1.982.206

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos e os estudos, projetos e detalhamentos entre 5 e 10 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão, incluindo o Ágio são amortizados com base no prazo da concessão.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

10. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Passivo		Resultado	
	Créditos retidos		Contas a pagar		Serviços de melhoria de software e Dividendos		Prêmio de gestão e serviço de melhoria de software (*)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	(b)	(b)	(b)	(b)				
Galigrain S.A.	532	740	(880)	(861)	-	-	-	-
Tuc Participações	645	1.070	(1.067)	(1.074)	-	-	-	-
Soifer Participações	4.494	3.296	(7.434)	(6.880)	-	-	-	-
Pattac	645	1.070	(1.067)	(1.074)	-	-	-	-
Grupo TCB (a)	1.018	691	(1.684)	(23)	(1.634)	(2.057)	(204)	(160)
TCP LOG	3.908	1.728	-	-	-	-	-	-
	11.242	8.595	(12.132)	(9.912)	(1.634)	(2.057)	(204)	(160)
Circulante	3.908	1.728	-	-	(1.634)	(2.057)		
Não circulante	7.334	6.867	(12.132)	(9.912)	-	-		

(*) Valores contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas.

- (a) O montante de R\$1.634 devido ao Grupo Maritim TCB S/L - GMTCB, em 30 de setembro de 2017 (R\$2.057 em 31 de dezembro de 2016), registrado no passivo circulante, é relativo à prestação de serviços de melhorias no software utilizado pelo TCP e os valores estão equivalentes aos praticados no mercado.
- (b) Os montantes dos créditos retidos e de contas a pagar (dividendos) registrados no longo prazo referem-se às retenções de 50% dos dividendos obrigatórios pagos em 2012 e 2013, previstas no contrato de venda das ações (ocorrido em 2011) as quais tem o objetivo de serem garantias de qualquer evento indenizável que ainda não tenha se materializado (originário anteriormente a 30 de junho de 2011) por prazo indeterminado. Os saldos ativos são mantidos em aplicações financeiras vinculadas e são remunerados a 103,1% do CDI. O valor de R\$ 3.908 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 1.728 em 2016) refere-se a mutuo entre o TCP Terminal e o TCP LOG. Sobre os valores do mutuo incidirão à taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de spread de 1% ao ano.

Os demais saldos de ativos e as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com as partes relacionadas, foram realizadas em bases e condições estabelecidas pela Administração.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 1.833 (R\$ 1.718 em 2016). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	30/09/17	31/12/16
Nota de crédito à exportação	CDI +1,15% a 3,00%	565.180	716.930
Finem	TJLP + 1,88%	32.072	43.267
Finame	3,5%	257	428
		597.509	760.625
Passivo circulante		181.407	196.087
Passivo não circulante		416.102	564.538

Ano	Saldo
2018	20.339
2019	178.592
2020	201.074
2021	16.097
Total	416.102

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos, medidos anualmente ao final de cada exercício, estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 1,2.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos, exceto os bens adquiridos pela modalidade Finame.

12. Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 01 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	30/09/2017	31/12/2016
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			13.909	2.624
Juros pagos			(7.098)	-
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			8.478	1.593
Juros pagos			(4.403)	-
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.875)
Juros e custos apropriados			45.905	7.728
Total Captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			545.809	545.809
Total juros e custos apropriados			68.292	11.944
Juros pagos			(11.501)	-
Saldo líquido atual			602.600	557.753
Passivo circulante			42.304	3.126
Passivo não circulante			560.296	554.627

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2018	16.863
2019	91.772
2020	9.962
2021	156.020
2022	285.679
Total	560.296

Os covenants vinculados as debêntures, medidos com periodicidade trimestral com base nas informações interinas arquivadas na CVM, estão demonstrados a seguir:

Caixa Mínimo Livre: igual ou superior a R\$50.000 (cinquenta milhões de reais).

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:

- igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
- igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:

- i) igual ou superior a 1,50 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017;
- ii) igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 31 de março de 2018; ou
- iii) igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

13. Contrato de concessão

a) Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de arrendamento das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas a serem movimentadas.

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048, e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Os bens que integram o arrendamento, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m² de retroárea, totalizando 487 mil m² e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 03 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e relocalizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	30/09/17	31/12/16
Parcelas fixas	363.649	378.271
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	1.368.011	1.423.019
Total	1.731.660	1.801.290
Parcela no circulante	41.139	41.139
Parcela no não circulante	1.690.521	1.760.151

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram pagos, a título de parcela fixa e variável, os montantes de R\$6.892 e R\$22.945, respectivamente (R\$6.030 e R\$19.421 em 2016), totalizando um desembolso de R\$29.837 (R\$25.585 em 2016). Também foram pagos a APPA no período, o montante R\$ 5.786 referente ao reajuste no arrendamento, o qual que já vinha sendo contabilizado pela Companhia.

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2018	9.947
2019	35.179
2020	45.268
2021	45.268
2022	45.268
2023 a 2027	226.342
2028 a 2032	229.556
2033 a 2037	275.991
2038 a 2042	322.190
2043 a 2048	455.512
Total	1.690.521

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

b) Intangível

Em 30 de setembro de 2017, o saldo do intangível relativo à Concessão (Nota 9) é de R\$1.727.297, sendo R\$2.112.411 de principal e R\$385.114 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi de R\$41.789 (R\$39.713 em 2016), e encontra-se registrada sob a rubrica custos de serviços prestados, na demonstração do resultado do período.

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/17</u>
Tributárias	6.009	799	-	6.808
Trabalhistas	4.089	450	(1.162)	3.377
Cíveis	6	-	-	6
	<u>10.104</u>	<u>1.249</u>	<u>(1.162)</u>	<u>10.191</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face, a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 158.777 (R\$ 57.309 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	<u>30/09/17</u>	<u>31/12/16</u>
Tributárias	138.570	27.231
Trabalhistas	9.330	14.940
Cíveis	9.968	11.075
Outras	909	4.063
	<u>158.777</u>	<u>57.309</u>

Nos primeiros nove meses do exercício de 2017 houve um aumento das provisões possíveis em decorrência do recebimento do auto de infração nº. 10980.720341/2017-19, no valor de R\$ 107.164, para cobrança de suposto crédito tributário de IRPJ e CSLL, referentes ao ano-calendário 2012 a 2014, em virtude da glosa dos valores relacionados a despesas do Contrato de Concessão e glosa do aproveitamento fiscal do ágio de rentabilidade futura referente ao investimento efetuado em 2011 para a aquisição de 50,00% (cinquenta por cento) das ações da Companhia.

A Companhia possui um instrumento particular de ressarcimento de perdas ocorridas por contingências se originadas em data anterior a 06 de julho de 2011, com previsão de retenção de dividendos, junto aos antigos acionistas, como descrito na Nota 10.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos. Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/16	Adições	Baixas	30/09/17
Trabalhista	9.621	2.500	(2.778)	9.343
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	11.222	2.500	(2.778)	10.944

15. Outras obrigações

	30/09/17	31/12/16
Adiantamentos de clientes	1.555	2.126
Provisão de bônus	4.426	5.327
Provisão de férias e 13º	6.194	3.493
Outras obrigações trabalhistas	3.552	3.444
Seguro recebido	2.906	-
Outras obrigações	1	206
	18.634	14.596

- (a) A companhia possui um valor de R\$2.906 referente ao saldo líquido no processo de recebimento do seguro dos portêineres 1 e 3. Este valor é composto pelo recebimento parcial do seguro (R\$4.718) menos os pagamentos dos gastos para desmontagem dos equipamentos (R\$1812).

16. Impostos e contribuições a recolher

	30/09/17	31/12/16
IRPJ e CSLL	9.684	-
ISS	1.771	1.450
INSS sobre faturamento	427	403
PIS e COFINS	1.690	911
Outros impostos a recolher	584	253
	14.156	3.017

- (a) Durante o período de nove meses a companhia apurou resultado positivo antes dos impostos no valor de R\$ 107.691, gerando IRPJ e CSLL a pagar (resultado negativo em 2016 no valor de R\$ 13.636).

17. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é provável.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	<u>30/09/17</u>	<u>31/12/16</u>
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	11.426	12.835
	<u>13.304</u>	<u>14.713</u>

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30/09/17</u>
REFIS	14.713	1.100	(2.509)	13.304

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social autorizado é de R\$109.380 (R\$ 109.380 em 31 de dezembro de 2016), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Outras reservas

A constituição das outras reservas no valor R\$8.246 refere-se à segregação dentro do patrimônio líquido para o lucro acumulado proveniente da antiga controlada, antes de sua incorporação ocorrida em outubro de 2011. Este resultado deriva basicamente do resultado de equivalência patrimonial anterior a esta incorporação.

19. Instrumentos financeiros e riscos de mercado

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 29 de setembro de 2017 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Com base na TJLP definida para 30 de setembro de 2017 pelo COPOM (Comitê de Políticas Monetárias) foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente:

Fator de Risco	Risco	Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
		30/09/2017	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Ativos						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	420.293	(7.565)	7.565	(15.131)	15.131
Passivo						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	565.180	10.173	(10.173)	20.346	(20.346)
TJLP - Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	32.072	561	(561)	1.123	(1.123)
Debêntures 1ª série	Alta do CDI	104.154	1.875	(1.875)	3.750	(3.750)
Debêntures 2ª série	Alta do CDI	62.370	1.123	(1.123)	2.245	(2.245)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCAP	436.076	4.328	(4.328)	8.656	(8.656)
Posição Líquida/ Impacto Líquido		779.559	10.495	(10.495)	20.989	(20.989)
Taxas de CDI utilizada - %		7,20%	5,40%	9,00%	3,60%	10,80%
Taxas de TJLP utilizada - %		7,00%	5,25%	8,75%	3,50%	10,50%
Taxas de IPCA utilizada - %		3,97%	2,98%	4,96%	1,99%	5,96%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas por exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira.

Fator de Risco	Risco	Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
		30/09/2017	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Ativos						
Dólar – Conta corrente bancária	Queda do dólar	157	(39)	39	(79)	79
Taxa de dólar utilizada – R\$		3,3	2,48	4,13	1,65	4,95

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado, são significativamente mitigados. Adicionalmente a Companhia não possui exposição a risco de preços de *commodities*, nem risco de ações, uma vez que estas não são negociadas em bolsa de valores.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	428.232	613.153	428.232	613.153
Contas a receber de clientes (Nota 5)	59.697	51.005	59.697	51.005
	487.929	664.158	487.929	664.158
Passivos financeiros				
Fornecedores	16.776	23.737	16.776	23.737
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	597.509	760.625	597.509	760.625
Debêntures (Nota 12)	602.600	557.753	602.600	557.753
Contrato de concessão (Nota 13)	1.731.660	1.801.290	1.731.660	1.801.290
	2.948.545	3.143.405	2.948.545	3.143.405

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

b) Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a Companhia entende a possibilidade como remota.

c) Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 30 de setembro de 2017					
Contrato de concessão (Nota 13)	41.139	45.125	135.805	1.509.591	1.731.660
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	181.407	198.931	217.171	-	597.509
Debêntures (Nota 12)	42.304	108.635	165.982	285.679	602.600
Fornecedores	16.776	-	-	-	16.776
Em 31 de dezembro de 2016					
Contrato de concessão (Nota 13)	41.139	81.224	135.804	1.543.123	1.801.290
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	196.087	347.367	217.171	-	760.625
Debêntures (Nota 12)	3.126	102.966	165.982	285.679	557.753
Fornecedores	23.737	-	-	-	23.737

d) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	597.509	760.625
Debêntures (Nota 12)	602.600	557.753
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(428.232)	(613.153)
Dívida líquida	771.877	705.225
Patrimônio líquido (Nota 18)	193.226	120.930
Patrimônio líquido e dívida líquida	965.103	826.155
Quociente de alavancagem	80%	85%

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

20. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Em 30 de setembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro (prejuízo).

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) (9 meses)	72.296	(16.692)
Média ponderada das ações	8.116.936	8.116.936
Resultado por ação - básico e diluído	8,91	(2,06)

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Lucro líquido (3 meses)	31.480	3.234
Média ponderada das ações	8.116.936	8.116.936
Resultado por ação - básico e diluído	3,88	0,40

21. Receita operacional líquida

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	<u>30/09/17</u>	<u>30/09/16</u>
Operações de cais	241.525	223.254
Armazenagem	88.247	82.034
Outros	118.125	80.484
Total da receita bruta	447.897	385.772
Deduções da receita:		
Impostos federais	(22.002)	(16.898)
Impostos municipais	(14.142)	(12.455)
Cancelamento de serviços prestados	(2.120)	(10.466)
Total das deduções	(38.264)	(39.819)
Receita operacional líquida	409.633	345.953

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

22. Despesas operacionais por natureza

	30/09/2017	30/09/16
Custos dos serviços prestados	(198.789)	(205.539)
Despesas com vendas	(807)	(680)
Despesas administrativas	(39.844)	(27.103)
Total das despesas	(239.440)	(233.322)
Despesas por natureza:		
Custos dos serviços prestados	(42.957)	(42.870)
Despesas gerais	(23.267)	(22.290)
Amortizações e depreciações	(81.094)	(92.496)
Despesas com pessoal	(54.691)	(46.704)
Despesas com combustível	(7.543)	(6.811)
Despesas com manutenção	(11.835)	(10.424)
Energia elétrica	(18.151)	(15.004)
Provisão/perda devedores duvidosos	98	3.277
Total das despesas	(239.440)	(233.322)

Para o período findo em 30 de setembro de 2016, foi efetuada reclassificação das despesas de provisão de devedores duvidosos da linha de despesas administrativas afim de melhor comparabilidade com o período findo em 30 de setembro de 2017.

23. Resultado financeiro líquido

	30/09/17	30/09/16
Despesas financeiras		
Variação monetária contrato da concessão	(22.966)	(68.452)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(4.185)	(3.947)
Juros s/empréstimos	(59.088)	(82.930)
Juros s/debêntures	(50.679)	-
Custo debêntures	(5.669)	-
PIS/Cofins s/receita financeira ⁽¹⁾	(15.189)	-
Variação cambial passiva	(406)	(3.665)
Outras	(4.113)	(1.146)
Total	(162.295)	(160.140)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	36.750	5.013
Variação cambial / monetária	595	719
Variação monetária contrato da concessão	60.787	-
Juros ativos	3.749	-
Juros s/mutuo	258	-
Outras	208	466
Total	102.347	6.198
Resultado financeiro líquido	(59.948)	(153.942)

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

- ⁽¹⁾ A Companhia impetrou mandado de segurança em 10 de novembro de 2015, objetivando o direito ao crédito do PIS e COFINS sobre suas despesas financeiras, bem como o direito de se apropriar do crédito referente aos últimos cinco anos anteriores a propositura da demanda, tendo em vista que o princípio da não cumulatividade (art. 195, §12 da CF) garante créditos sobre os insumos essenciais para a manutenção da atividade produtiva (art. 3, II das Leis 10.637/02 e 10.833/03). Pela Juíza de Primeiro Grau foi proferida sentença concedendo em parte a segurança, determinando que a autoridade impetrada outorgasse o direito ao crédito de PIS/COFINS sobre as despesas financeiras a partir da vigência do Decreto n. 8.426/15. Contudo, em fevereiro de 2017, fomos intimados acerca do julgamento pelo TRF-4, o qual entendeu por improcedente o pedido de autorização para a dedução de créditos das despesas financeiras, devendo ser dado provimento à apelação e à remessa oficial para reformar a sentença e denegar o presente mandado de segurança. Em virtude deste fato, a TCP procedeu ao pagamento dos valores devidos, que foram utilizados no período de vigência da liminar, em 20 de março de 2017, no valor total R\$14.062.

24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	30/09/2017	30/09/16
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	8.428	13.062
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	207	-
Recuperação de despesas (ISS/INSS)	651	-
Baixa de depósitos judiciais e provisão de contingências	(3.471)	-
Outras	1.414	2.401
Acordo trabalhista OGMO ⁽¹⁾	(9.783)	-
	(2.554)	15.463

- ⁽¹⁾ Em 12 de janeiro de 2017 a Companhia firmou acordo coletivo com o CONFEPAR – Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Paraná. Com este acordo renunciam-se os direitos relacionados ao trabalho avulso passando os colaboradores portuários a ter o TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A, como seu único e exclusivo empregador. Assim, os mesmos não integram o sistema OGMO e nele não poderão ingressar em razão do contrato de emprego mantido com a Companhia. Em virtude da mudança no modal contratual, caracterizada pela transição da mão de obra avulsa para vinculada, o TCP compromete-se a pagar indenizações a título de danos materiais e morais, para cada trabalhador portuário avulso pertencente à atividade de conferência de carga e descarga, com cadastro/registro ativo no OGMO/PGUÁ. Com o recebimento dos valores previstos os trabalhadores portuários avulsos dão, individualmente, plena e geral quitação, para nada mais reclamar em qualquer foro ou instância. A opção pelo acordo é irrevogável e irretroatável.

25. Seguros

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US\$25 milhões com vencimento em 13 de abril de 2018, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice:

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado a movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$20,9 milhões com vencimento em 22 de março de 2018.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.